

O MATERIALISMO HISTÓRICO COMO FUNDAÇÃO DA CIÊNCIA SOCIAL: A CONCEPÇÃO DE LOUIS ALTHUSSER SOBRE A FUNDAMENTAÇÃO FILOSÓFICA DO MÉTODO DE MARX

HISTORICAL MATERIALISM AS THE FOUNDATION OF THE SOCIAL SCIENCE: LOUIS ALTHUSSER'S CONCEPTUALIZATION OF THE PHILOSOPHICAL GROUDINGS OF MARX'S METHOD

Resumo

O artigo visa esclarecer as posições principais do filósofo marxista franco-argelino Louis Althusser acerca da fundamentação filosófica do método de Marx. Althusser foi um dos principais expoentes da filosofia marxista no ocidente no âmbito do leninismo. Para isso, realizamos uma revisão bibliográfica de algumas das principais obras althusserianas, focando na primeira fase de sua obra – considerada mais radical –, bem como de alguns dos continuadores de sua abordagem e de comentadores. Iniciamos o artigo com uma breve contextualização e cronologização da obra de Althusser. Em seguida, passamos à análise do pensamento althusseriano: sua periodização do pensamento marxiano, sua interpretação da crítica marxiana ao hegelianismo e à antropologia filosófica, sua concepção de prática, a prática teórica e, finalmente, o funcionamento desta última como método científico. Concluimos que, para o franco-argelino, a filosofia marxista representa uma epistemologia histórica da prática teórica engendrada pela própria revolução científica do materialismo histórico que fundou a ciência da história – ciência social – e avançou o conhecimento sobre o processo da prática humana – cuja principal é o trabalho – e, em troca, tal filosofia pode esclarecer e orientar a prática científica ao enunciá-la teoricamente. O materialismo histórico funda a ciência da história ao apresentar as bases da sociedade e da prática humana, e atravessa todas as compartimentações das ciências burguesas, sendo intrinsecamente “transdisciplinar” e “interseccional” – dialético – e superando cismas metodológicos qualitativos e quantitativos.

Palavras-chave: método; materialismo histórico; Marx; Althusser; dialética.

Abstract

the article aims to clarify the main positions of the French-Algerian Marxist philosopher Louis Althusser on the philosophical groundings of Marx's method. Althusser was

¹ Doutorando em Relações Internacionais pelo Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais da Universidade Federal da Bahia (PPGRI-UFBA). Mestre em Ética e Filosofia Política pelo Programa de Pós-Graduação em Filosofia da Universidade Federal de São João del-Rei (PPGFil-UFSJ). *E-mail:* fernandohscamano@gmail.com.

one of the main exponents of Marxist philosophy in the West within the framework of Leninism. To this end, we carried out a bibliographical review of some of the main works by Althusser, focusing on the first phase of his work (considered as more radical), as well as some of the continuators of his approach and commentators. We begin the article with a brief contextualization and chronologization of Althusser's work. We then move on to an analysis of Althusser's thought: his periodization of Marxian thought, his interpretation of the Marxian critique of Hegelianism and philosophical anthropology, his conception of practice, theoretical practice and, finally, the functioning of the latter as a scientific method. We conclude that, for the Franco-Algerian, Marxist philosophy represents a historical epistemology of theoretical practice engendered by the scientific revolution of historical materialism itself, which founded the science of history (social science) and advanced knowledge about the process of human practice (the main of which is work) and, in return, this philosophy can clarify and guide scientific practice by enunciating it theoretically. Historical materialism founds the science of history by presenting the foundations of society and human practice, and cuts across all the compartmentalizations of the bourgeois sciences, being intrinsically "transdisciplinary" and "intersectional" (dialectical) and overcoming qualitative and quantitative methodological schisms.

Keywords: method, historical materialism; Marx; Althusser, dialectics.

INTRODUÇÃO: CONTEXTUALIZAÇÃO E CRONOLOGIZAÇÃO DO PENSAMENTO DE LOUIS ALTHUSSER²

Louis Althusser (1918-1990) foi um filósofo franco-argelino considerado como um dos principais expoentes da filosofia marxista no ocidente no âmbito do leninismo, sendo visto por muitos como um marxista ocidental, no que tange às preocupações com o fundamento filosófico do marxismo (Anderson, 2019; Losurdo, 2018), sem que nunca tenha abandonado o marxismo-leninismo. Sua interpretação visava garantir o rigor e a radicalidade do marxismo frente às interpretações encaradas por ele como desradicalizadoras por esconderem um humanismo burguês universalista ou por acarretarem uma teleologia, opondo-se, por isso, às abordagens ontológicas gerais – enquanto filosofia da natureza – ou sociais – enquanto antropologia filosófica.

A obra althusseriana pode ser dividida em algumas fases, de acordo com seus mais importantes comentadores. Embora essa cronologização não seja unânime – pois outros intérpretes dividem a obra althusseriana em duas fases, inclusive defendendo a continuidade entre a última e a primeira –, Boito Júnior (2013) as divide em três. A primeira corresponderia à década de 1960, na qual Althusser desenvolveria a noção marxista de

² Este artigo consiste em uma revisão, modificação e resumo do capítulo 3.3. de nossa dissertação de mestrado defendida no Departamento de Filosofia e Métodos, da Universidade Federal de São João del-Rei, no Programa de Pós-Graduação em Filosofia, na linha de pesquisa em Ética e Filosofia Política, no ano de 2022, cujo título é *As diferentes concepções de fundamentação filosófica do método de Marx no marxismo-leninismo*.

estrutura, sua estabilização dos conceitos científicos do materialismo histórico e sua primeira posição sobre a filosofia marxista – materialismo dialético –, divisão que esclareceremos adiante. Essa primeira fase seria a que mais repercutiu no mundo intelectual. A ela, correspondem os ensaios fundantes da escola althusseriana, *Pour Marx* (Althusser, [1965], 1996), traduzida no Brasil com o título *A favor de Marx* (1979), e a obra *Lire le Capital* (Althusser, [1965], 1996), traduzida com o título *Ler o capital* e publicada em dois volumes (Althusser, 1979b, 1980).

Como segunda fase, teríamos, grosso modo, a da década de 1970, na qual o franco-argelino:

pressionado pelas críticas que lhe foram dirigidas, nas quais era acusado de teorista e estruturalista, tratou de destacar o lugar da luta de classes na sua teoria, de repensar algumas de suas teses filosóficas e a relação entre filosofia e ciência. São dessa fase ensaios como *Elementos de autocrítica, Sustentação de tese em Amiens, Marxismo e luta de classes, Resposta a John Lews* e outros reunidos no livro *Positions* (1976). No Brasil, esses ensaios foram publicados em duas coletâneas editadas pela Graal intituladas *Posições – 1* e *Posições – 2* (Althusser, 1978 e 1980). São dessa fase também alguns ensaios que fazem um balanço crítico dos limites do marxismo, dos problemas políticos do socialismo da antiga URSS e do movimento comunista internacional: o pequeno livro, publicado inicialmente em partes pelo jornal *Le Monde*, intitulado *Ce qui ne peut plus durer dans le Parti Communiste Français* (Althusser, 1978), salvo engano sem tradução no Brasil, e *Il marxismo come teoria finita* publicado originalmente na Itália em 1978 e cuja tradução brasileira apareceu no número 2 da revista *Outubro* (Boito Júnior, 2013, p. 153).

Já a terceira fase, composta pelos escritos da década de 1980, como *Écrits philosophiques et politiques*, volumes I e II (1994), e *Le courant souterrain du matérialisme de la rencontre*, de 1982, publicado no Brasil com o título *A corrente subterrânea do materialismo do encontro*, marcaria uma reviravolta ou mesmo cesura – ou corte, ou ruptura, a depender da tradução – epistemológica – conceito este que Althusser retira de Bachelard e aplica a Marx, como veremos na próxima seção – no pensamento de Althusser, ainda segundo Boito Júnior. Nesse momento, o francófono renunciaria à pretensão do materialismo histórico de pensar a história, ou seja, entendê-la como ordenada por determinações, em prol da ideia de contingência ou aleatoriedade da ação que geraria diferentes formas sociais. Para Boito Júnior (2013), essa fase marcaria a saída de Althusser do campo do marxismo. Outros comentadores, contudo, rejeitam essa interpretação, defendendo a permanência do argelino no campo do materialismo histórico e do materialismo dialético até o fim de sua vida.

Em nossas considerações, focaremos preferencialmente na primeira fase do filósofo marxista, pois é nela que se apresenta seu caráter teoricamente mais bem definido, revolucionário e ruptural com a filosofia marxista precedente, em especial em relação à Escola de Frankfurt – fora do leninismo – e o Lukács – no seio do leninismo – de *História e consciência de classe*, bem como por ser sua fase de maior influência teórica no campo. Nos concentraremos em especial na obra *A favor de Marx*, pois é nela que estão apontadas suas principais noções teóricas de filosofia marxista e porque, para alguns comentadores, essa obra se faria mais presente nas fases posteriores de Althusser do que *Para ler o capital* (Motta, 2021), apesar da autocrítica posterior feita pelo pensador sobre os elementos demasiadamente estruturalistas em sua primeira obra, e da ampliação da noção de filosofia, que deixará de ser somente teoria da prática para também conter elementos de consideração sobre totalidades e relações internas.

O pensamento althusseriano surge no contexto de crise e crítica do marxismo em geral, tanto politicamente como teoricamente, no início da segunda metade do século XX. Politicamente, a crise ocorre com a sentida desmoralização sofrida pelo marxismo proveniente do XX Congresso do Partido Comunista da União Soviética e a respectiva denúncia de Stálin feita por Krushev. Esse ato político implicou cisões, debandadas e revisões táticas e estratégicas que, se por um lado visavam a democratização do socialismo, por outro, frequentemente o fizeram sob a forma da democracia liberal abstraída em humanismo ou valor universal sem determinações de classe, implicando inflexões estratégicas de almejo da conquista do socialismo por meio da intensificação e ampliação da democracia burguesa e do desenvolvimento do capitalismo, em movimentos como o eurocomunismo e os socialismos democráticos – inspirados na via italiana de Palmiro Togliatti –, que se distanciaram do leninismo (Dantas, 2014; Rodrigues, 2008)³. Isso ocorreu inclusive no seio da União Soviética, por meio da noção de

3 Em uma reformulação livre, poderíamos afirmar que a gênese dos desvios direitistas e centristas nas formulações estratégicas aparecem já, por definição, na social-democracia não marxista – antes das cisões entre esta e os partidos comunistas durante a III Internacional, a Internacional Comunista – e social-democracia como a conhecemos hoje – após a referida cisão –, consideráveis a ala esquerda da burguesia. Contudo, internamente ao movimento comunista estabelecido após a III Internacional, tais desvios reaparecem com força nas teses do VII Congresso da Internacional Comunista, em 1935, principalmente por Dimitrov, no contexto de enfrentamento ao fascismo europeu. Nesxa visão, que penetrou sutilmente nas formulações comunistas por seus desvios sutis, estava na hora do dia o frente-amplismo – Frente Popular – entre comunistas e social-democracia contra o fascismo, em defesa da democracia contra a ameaça fascista. Poderia se tratar da defesa momentânea da democracia burguesa, na luta entre democracia e fascismo e não entre socialismo e capitalismo ou proletariado e burguesia. Se negaria o objetivo estratégico momentaneamente em função de uma interrupção extraordinária da luta de classes. Nesse sentido, restringiria-se a luta comunista à defesa da democracia burguesa, e deveria-se conquistar o apoio da pequena burguesia. Não discutiremos aqui os pormenores de tal desvio, apenas apontaremos que tem-se uma concepção liberal de fascismo e de democracia, apagando-se o fato de que o fascismo não é um obstáculo à luta de classes, mas a intensificação da mesma, como produto da grande burguesia monopolista financeirizada em momentos de ameaça de seu domínio. O fascismo é o freio de mão da

que a luta de classes já estaria superada e que seria necessária a constituição de um Estado do povo e da humanidade em abstrato, e a estratégia de coexistência com os Estados capitalistas. Nos parece que isso explica a preferência de Althusser pelo maoísmo dentro do leninismo naquele período – preferência política, pois o franco-argelino ressignifica tal interpretação na filosofia. Uma das consequências da crise política naquele momento foi a fragmentação partidária dos partidos comunistas, com adoção de diferentes concepções estratégicas e táticas, inclusive no Brasil, a depender da análise que se fazia do legado de Stálin, do caráter de uma democracia proletária, entre outros fatores.

Concomitantemente, a crise teórica se faz perceptível nas interpretações filosóficas do marxismo que se distanciavam do leninismo: com os apontamentos de insuficiência da filosofia marxista como defendida na oficialidade soviética, inspirada nas concepções filosóficas de Engels, desenvolvida por Lênin e remendada por Stálin, o “marxismo ocidental” buscou propor alternativas a ela, como as elaboradas por Lukács – no campo do leninismo – e outros filósofos, como os integrantes da Escola de Frankfurt, Ernst Bloch e outros. Nesse contexto, tanto Althusser como Lukács são os principais “marxistas ocidentais” a se manterem na radicalidade política do leninismo, pelo menos nas fases iniciais de sua obra, se não por toda ela.

Por isso, o pensamento althusseriano pode ser compreendido como a intervenção nesse campo de debate, tanto político como científico, e até mesmo como uma reação a leituras filosóficas – e suas implicações políticas – que ali despertavam, principalmente em relação ao despertar do humanismo teórico dentro do marxismo. Se a crítica ao marxismo soviético, por um lado, libertava filosoficamente

burguesia. Nesse sentido, o caminho que verdadeiramente mobiliza as massas não é nunca o de defesa de instituições abstratas que fazem pouca ou nenhuma diferença em suas vidas, ainda mais em países periféricos e dependentes e em camadas oprimidas da população, mas a superação tanto do fascismo como da democracia burguesa pelo socialismo. Essa concepção dimitroviana serve de base teórica à formulação do eurocomunismo, fenômeno estratégico inicialmente elaborado na Europa ocidental pós Segunda Guerra, principalmente na Itália, na França e na Espanha, no momento de *welfare state*, como tentativa de barragem das revoluções socialistas no continente e como produto do investimento estadunidense para isso – o que explica, inclusive, seu fim, com a derrocada da URSS. Aliado a tal momento da luta de classes, temos ainda a crise de legitimidade do movimento comunista por conta daquilo que foi tido como denúncia dos crimes passados de Stálin após a morte do mesmo, denúncia realizada pelo secretário-geral do Partido Comunista da União Soviética, Khrushchev, que sucedeu imediatamente a Stálin, no XX Congresso do Partido Comunista da União Soviética (PCUS), em 1956. Esses fatos geraram uma crise geral no movimento comunista internacional, gerando a fragmentação organizativa e estratégica dos partidos comunistas pelo mundo. Na concepção eurocomunista, rejeitava-se tanto o leninismo – em termos organizativos e de concepção de revolução – como, supostamente, a social-democracia, em uma terceira via que estaria mais de acordo com o fato novo da democracia de massas nos países ocidentais – europeus ocidentais. Nessa visão, formulada originalmente por Palmiro Togliatti – responsável, aliás, pela leitura eurocomunista de Gramsci, tão disseminada – e, posteriormente por Enrico Berlinguer, a democracia – em abstrato – seria um valor universal, e seria possível atingir o socialismo por reformas progressivas do Estado burguês, ampliando-se cada vez mais a democracia. Essa estratégia, por sua vez, possuiu direta implicação na estratégia democrático-popular dos partidos social-democratas e comunistas do Brasil no final do século XX, aliada ainda à crise do movimento comunista, então reforçada pela queda da União Soviética.

os intelectuais da interpretação filosófica que chamamos de “ontológica geral” – enquanto filosofia da natureza –, por outro, abria caminho para interpretações da obra de Marx consideradas por Althusser como liberais, como o humanismo teórico, da escola luckasiana, que denominamos de “ontológica social”.

O principal objetivo de Althusser é refundar o marxismo como ciência para refirmar e continuar as ciências críticas de Marx, por meio de uma reconsideração do que seria a filosofia marxista, reconsideração essa que seria necessária para estabilizar a ciência e a política fundadas nos escritos daquele autor, traçando uma linha de demarcação clara entre a ciência marxista e a ideologia burguesa, que se entranhava no pensamento marxista então surgente com aportes de idealismos, empirismos, pragmatismos e humanismos. Com isso, se de um ponto de vista Althusser critica as concepções *filosóficas* soviéticas, ao mesmo tempo, o filósofo critica política e filosoficamente os “marxismos ocidentais” como revisionismos reformistas – no sentido antigo, de reformas que permitissem superar o capitalismo, e não apenas consertá-lo –, os democratas liberais e a exclusão do marxismo do discurso científico, em prol da filosofia, ciência e da política revolucionária.

DESENVOLVIMENTO

Começamos agora a adentrar diretamente no pensamento althusseriano em sua primeira fase. O primeiro ponto é compreender como o franco-argelino interpretou e organizou o pensamento marxiano. No que concerne à relação de Marx com a filosofia e o desenvolvimento de uma nova ciência – e, consequentemente, de uma nova filosofia, como atestaremos –, o franco-argelino defende que resolver tal problema requer teoria e método marxistas, aplicando os conceitos marxistas de ideologia filosófica e de ciência ao próprio Marx para descobrir como se estruturam nele. Como a ciência marxista permite uma história das formações sociais, incluindo de suas correspondentes estruturas ideológicas, seria necessário aplicar isso a Marx para distinguir suas estruturas teóricas daquelas ainda ideológicas.

A PERIODIZAÇÃO DO PENSAMENTO MARXIANO SEGUNDO ALTHUSSER

Althusser concebe uma distinção em fases do pensamento marxiano: este se dividiria entre um período de juventude ou ideológico, anterior a 1845, e um período científico, posterior a 1845 (Althusser, 1979).

O primeiro período se subdividiria entre um momento racionalista-liberal até 1842, composto pelos artigos da *Gazeta Renana*, e um período racionalista-comunitário, de 1842 a 1845. O primeiro desses subperíodos ideológicos teria como problemática a questão kantiana-fichteana da crítica da história e da realidade pela razão, ou seja, a crítica do “desvio” da realidade em relação à racionalidade da ética, da moral, e da política, encampadas pelo Estado ideal diferente do real. O segundo subperíodo se daria em função da problemática antropológica feuerbachiana de filosofia geral sobre a existência humana, no que Althusser classifica como “antropologia” e que poderíamos identificar como “ontologia social”.

Já o período científico se iniciaria com um momento de corte no livro *A ideologia alemã* de 1845, com os escritos das teses sobre Feuerbach constando como limite anterior extremo do corte, ainda na fase ideológica. Nesta obra, encontram-se a consciência e a linguagem antiga, conceitos desequilibrados e equivocados, para Althusser, mas apontando uma nova consciência teórica. O corte epistemológico afetaria simultaneamente duas disciplinas: a ciência da história – materialismo histórico – e, acompanhando a primeira, uma nova filosofia – o materialismo dialético –, a partir da nova problemática da ciência da história, a problemática das estruturas, formas ou mecanismos sociais com determinados efeitos ou eficácia sobre seus elementos, esta é condensada no conceito de “modo de produção”. Este período científico também estaria subdividido em duas fases: o de maturação – entre 1845 e 1859 – e o de maturidade – de 1859 a 1883, ano da morte de Marx. Nesse período científico, encontramos um longo processo de crítica das problemáticas ideológicas anteriores, seguido de um processo de reflexão positiva sobre a ciência da história. Essa periodização do pensamento marxiano implica, inclusive, que um corte epistemológico como revolução científica não é realizado subitamente, mas sim em um longo processo, seja de preparação prévia, seja de amadurecimento posterior.

O que decorre como consequência de situar o corte epistemológico como virada na produção marxista em desenvolvimento de uma *ciência* da história, a partir de 1845, é que se concebe que a relação madura de Marx com Hegel e Feuerbach é de crítica e corte, não de suprassunção, continuidade e aprofundamento. Para o filósofo franco-argelino, a crítica em relação à filosofia hegeliana por Marx já se fazia desde a fase ideológica de racionalismo-comunitário na *Crítica da filosofia do direito de Hegel*, nos *Manuscritos*, de 1844, e na *Sagrada família*. Mas situar o corte em 1845 significa que a crítica *madura* de Marx ao idealista não é a mesma que a de Feuerbach, pois possui uma problemática diferente: não a da alienação de uma natureza humana universal pela exploração, cuja forma

atual é a do capitalismo, mas pela filosofia materialista da ciência da história com outros conceitos que não o de oposição entre humano e inumano. O ponto em que se situa o “corte” em que Marx se tornaria verdadeiramente marxista tem como consequência aceitar ou não a filosofia antropológica feuerbachiana como marxista, acatando-a ou não como embasamento da “realidade do homem” para os escritos científicos do Marx maduro. Essa escolha possui ainda uma consequência política e uma teórica: politicamente, aceitar os escritos de juventude feuerbachianos de Marx implicaria aceitar o humanismo no marxismo, que pode conter frequentemente concepções reformistas e que negam a luta de classes. Teoricamente, aceitar tal concepção implica um “retorno a Marx” como “retorno à juventude de Marx” para descobrir seus pressupostos (Althusser, 1979). Intérpretes de Marx, como Lukács – que classificaremos como ontológicos *sociais*, visto que enfatizam a elaboração por Marx de uma nova filosofia do ser social –, aceitam essa fundamentação filosófica da teoria de Marx; já Althusser, não.

A CRÍTICA A HEGEL E AO HUMANISMO TEÓRICO OU ANTROPOLOGIA FILOSÓFICA

Como visto, para Althusser, Marx nunca teria sido hegeliano, e seria um equívoco aplicar a noção de “inversão” de Hegel a Marx, noção essa que seria muito mais apropriada a Feuerbach. Este pensador, sim, teria realizado uma inversão do idealista, mantendo-se, por isso, no interior das coordenadas de sua problemática, agora invertida materialmente: uma antropologia materialista – ou pseudomaterialista, para Althusser. Para o franco-argelino, quando Marx afirma que é necessário encontrar o nódulo racional na ganga ou invólucro místico do hegelianismo, extraindo o primeiro, é comum que se interprete que esse nódulo racional seja a própria dialética que estaria mistificada pelo idealismo. Isso teria sido feito por Engels e a interpretação filosófica kautskyana e soviética que o seguiu, que chamamos aqui de interpretação ontológica *geral*. Esta não deve ser confundida com a interpretação ontológica social lukacsiana, uma vez que a posição ontológica *geral* concebe uma *visão de mundo* ou filosofia da natureza baseada em certa ontologia: dinâmica, processual, contraditória e materialista – ou seja, dialética e materialista. A interpretação filosófica kautskyana e soviética diferenciou, no idealista alemão, o método – dialética – do sistema – idealismo. Nesse sentido, a dialética materialista seria o contrário da hegeliana, aplicando-se agora a coisas do mundo real, e não a ideias que seriam apenas reflexo ideal do movimento real das coisas. Hegel teria reconhecido o movimento

real das coisas e o traduzido na dialética, mas o teria concebido como o próprio espírito que se realiza no mundo. Nessa concepção ontológica geral já citada, o movimento geral da dialética, ou sua natureza, permaneceria intacto no pensamento marxiano. Hegel seria apenas um materialismo invertido e mistificado (Althusser, 1979).

Isso representaria uma verdadeira inversão, mas nada seria extraído daí. Para Althusser, o que é o invólucro místico não é o sistema hegeliano que dissimularia em idealista seu “método” racional – que, como vimos, já é uma concepção mais fundamental e geral da realidade, o movimento da mesma, tida como do pensamento – de dialética, mas sua própria concepção de dialética. A mistificação hegeliana seria a própria forma da dialética por ele defendida. Por isso, seria necessário transformá-la, não apenas em relação a seus objetos de aplicação, mas a sua forma ou estrutura. Por isso, as noções “negação”, “negação da negação”, “identidade dos contrários”, “suprassunção” e “transformação da quantidade em qualidade” estariam ausentes em Marx (Althusser, 1979).

A dialética hegeliana se dá como uma dialética simples, ou seja, de contradição única, que se desdobra do início de um processo ao seu fim que, por isso mesmo, já está determinado pelo começo. A dialética materialista, por outro lado, segundo Althusser, seguindo Mao Zedong, se estruturaria como múltiplas contradições simultâneas estruturadas em um todo complexo com elemento dominante, em uma sobredeterminação de contradições com uma contradição principal que, se por um lado, pode ser condição da existência das outras, por outro, não faz com que as contradições secundárias sejam redutíveis à principal. Isso diferiria da dialética hegeliana que concebe uma contradição simples a partir da pressuposição de um princípio único que se divide em dois opostos e que assim se desenvolve, a partir daquele princípio simples. Nesse desenvolvimento simples, obteríamos um círculo de círculos concêntricos e uma continuidade eterna por suprassunção, na qual o próximo estágio é a verdade do estágio anterior, nunca havendo descontinuidade ou ruptura. Nessa concepção, obtém-se uma teleologia, um caminho pré-definido e necessário a partir do princípio único, o que se faz presente na concepção ontológica geral do marxismo tido como mecanicista, fatalista e determinista. Em Marx, ao contrário, segundo Althusser, teríamos sempre, em uma dada situação concreta, contradições sobredeterminadas e estruturadas em um todo complexo, sem nunca um início simples (Althusser, 1979). Essa seria a raiz profunda da ruptura de Marx em relação a Hegel, em sua obra científica.

Para Mao (2008), de quem Althusser adota algumas teses sobre a contradição, cada contradição sempre se divide em um aspecto principal e secundário –

ou seja, dominante e dominado – e, principalmente, sempre há contradições principais e secundárias em uma dada conjuntura. Tem-se sempre um todo estruturado já dado, sendo toda categoria teórica uma concepção unilateral e abstrata do concreto vivo complexo – e dinâmico. O simples só pode se dar em uma estrutura complexa, nunca como originário. A origem não é simples, mas sempre complexa, e, a bem dizer, não há origem, pois toda fase do desenvolvimento já é uma fase *determinada* do desenvolvimento. Com isso, não há simplicidade pura, e sempre se lida com seres concretos, complexos e estruturados, diferentemente da dialética hegeliana que parte de um início simples que já contém em si mesmo todo o processo de desenvolvimento pela negação. Para Althusser, tal modelo hegeliano seria correspondente ao mito ideológico da origem. Em Marx, o que importa é o reconhecimento do dado de uma estrutura complexa de objetos concretos. Além disso, toda contradição é sempre específica. Com isso, o trabalho intelectual visaria sempre a interditar abstrações universais – que seriam uma tentação da ideologia filosófica –, para conhecer sempre o específico. O trabalho intelectual é sempre o de especificação do universal, ou seja, de determinar como o singular ocorre dentro do universal, não da universalização do específico, quer dizer, o de trabalho com generalizações abstratas dos singulares. Essa concepção se aproxima de Espinosa, que é uma das influências de Althusser e que este identifica em Marx (Althusser, 1979). Na contradição marxista, tanto a determinação da contradição principal e secundárias como o aspecto principal e secundário de cada contradição são determinados pelo todo complexo, no qual o simples é sempre função, e não o inverso. A unidade fundamental é a do todo complexo estruturado já dado. Essa estrutura complexa é sobredeterminada: enquanto estrutura articulada, cada aspecto seu é determinado pela contradição principal e pelas secundárias, e a maneira pela qual cada aspecto é determinado confere a ele seu lugar na estrutura complexa. Tais estruturas complexas se transformam e, com isso, afetam os papéis das contradições enquanto principais ou secundárias e seus aspectos dominantes e dominados, que, inclusive, podem passar a seu contrário. Por isso, a característica principal da contradição marxista seria o de sobredeterminação, que pressupõe um todo complexo estruturado já dado, com diversas contradições que se sobrepõem e dão concreticidade ao objeto, diferentemente da contradição simples hegeliana (Althusser, 1979).

Aquilo que Marx pode extrair – e não inverter – em Hegel, retificando dentro da nova problemática que a ressignifica, é a noção de lógica de um processo em geral, assim como a noção de trabalho teórico e de construção do objeto de conhecimento, como dialética, embora agora interpretada materialmente

por meio do processo de trabalho. Da filosofia em geral, Marx teria ganhado a habilidade de abstração teórica que seria indispensável para a prática teórica científica, em um treinamento para manejo de estruturas teóricas abstratas. Poderia se tratar não de uma formação teórica para a filosofia, mas de uma formação para a teoria por meio da filosofia, como formas antigas de ideologia para criar uma nova disciplina científica (Althusser, 1979).

A noção marxista de dialética estaria, no entanto, bem estabelecida e regulada pela prática – política e teórica – marxista, em suas análises da realidade e ações políticas. Contudo, estaria ainda sem enunciação teórica, ainda não transformada em conhecimento teórico, o que é o principal objetivo teórico de Althusser, como veremos, mas apenas em estado prático ou tácito.

A FUNDAMENTAÇÃO FILOSÓFICA DO MÉTODO DE MARX PARA ALTHUSSER: A DIALÉTICA MATERIALISTA

As considerações prévias nos esclareceram sobre as fundamentações filosóficas e teóricas do pensamento althusseriano em sua primeira fase. Vejamos agora como isto se aplica ao que nos interessa: a compreensão althusseriana do método de Marx.

O CONCEITO DE PRÁTICA

Para esclarecer e fundamentar sua concepção sobre o método marxiano, assim como a natureza científica e teórica do marxismo, Althusser parte de noções fundamentais.

O primeiro conceito é o de prática. Esta seria qualquer processo de transformação de uma matéria-prima em um produto determinado, através do trabalho humano e por meios de trabalho determinados. Ela seria um processo de transformação que põe em ação homens, meios de trabalho e métodos, a partir de uma matéria-prima. Essa prática abstratamente concebida se concretiza em diversos níveis e tipos na atividade humana. A mais importante seria o próprio processo de trabalho com a transformação da natureza em produtos de uso, pelo emprego metodicamente regulado de meios de produção determinados, que se identificaria com a prática técnica em suas diversas variações. Não obstante, existiria também a prática política, como transformação das relações sociais; a prática ideológica, como transformação do objeto da consciência das pessoas; e a prática teórica, como transformação e elaboração de teorias científicas sobre a realidade, seja em qual domínio for (Althusser, 1979); que correspondem, cada uma, a uma estrutura dos modos de produção humano – estrutura econômica,

estrutura política e estrutura ideológica, com a prática teórica atravessando e sendo atravessada por todas as outras, ao nosso ver.

Poderíamos fazer já algumas observações sobre isso. Em primeiro lugar, Althusser parte do conceito marxista do processo de trabalho, concebido como processo de transformação de uma matéria-prima ou bruta (a depender de já ter sido ou não elaborada previamente por outro trabalho humano, respectivamente) que é objeto de trabalho, por meio da atividade humana (que implica o dispêndio de energia humana, a força de trabalho) e de meios de trabalho (que já são produtos de trabalho humano prévio) para produção de um produto útil (ou seja, que contenha valor de uso por corresponder à solução de uma necessidade humana). Os objetos de trabalho e os meios de trabalho formam, em unidade, os meios de produção (Harnecker, 1981). Desse conceito materialista de trabalho, abstrai-se o conceito de prática que, com a mesma estrutura do conceito de trabalho, se aplica a todos os domínios das atividades humanas e engloba o trabalho⁴. Um desses domínios seria a prática teórica de elaboração de teorias científicas. É tal concepção de prática teórica, elaborada a partir das determinações dos meios de trabalho e de transformação de objetos dados, além do fato de essa transformação ocorrer dentro dos processos gerais das práticas sociais, como o de trabalho, que garantiria o caráter materialista de sua interpretação do método e da filosofia marxistas.

Em segundo lugar, é possível perceber que a forma como Althusser e a escola althusseriana definem o processo de trabalho caracteriza um trabalho sem sujeito, no sentido de sem uma subjetividade que o realiza: por sua recusa à forma de inteligibilidade objetivista – ontológica – e da dialética hegeliana, o francófono não vê a subjetividade como um “momento” – elemento – concreto e integrante do processo objetivo de trabalho – processo de trabalho que na concepção ontológica do ser social se comporia por um indivíduo com sua prévia-ideação, o objeto de trabalho ou matéria-prima, os meios de trabalho ou instrumentos que medeiam a atividade do sujeito, e o produto final, o que faria com que o produto do trabalho fosse já uma unidade entre ideia e matéria, sendo matéria com a forma da ideia. Na concepção ontológica social, na qual, aliás, pensamos que poderíamos incluir Vygotsky, a forma mais geral e abstrata de prática humana – que é correlata do conceito de prática de Althusser, mesmo que em outra base de inteligibilidade – é a atividade. Já na concepção althusseriana, a subjetividade teórica não está na objetividade, o que de forma alguma implica que não haja objetividade. A subjetividade vê de fora o processo e dirige a objetividade, mesmo que esse processo seja

4 Para efeitos de comparação, é interessante rememorar o conceito vigotskiano – um ontológico social – de “atividade”, análogo ao de “prática” de Althusser.

realizado por humanos – que possuem sua subjetividade pessoal e técnica. Essa concepção do processo de trabalho, totalmente materialista, embora não inclua ali a subjetividade compreendida de maneira ontológica como parte da realidade, tem grandes implicações sobre sua noção de prática geral, de prática teórica que nos interessa, e sobre as próprias estruturas sociais, pois, como mostrado, recusa-se a centralidade do ser humano como na antropologia filosófica de Feuerbach e como identificada em Lukács pelo franco-argelino. No tocante à prática teórica, esta passa a ser compreendida de maneira materialista, como uma atividade objetiva a partir de determinantes objetivos, como sua matéria-prima teórica e seus instrumentos teóricos.

Em terceiro lugar, é relevante explicitar que esta concepção de prática teórica diferencia teoria – científica – da prática ideológica. Ou seja, o conhecimento científico não é tido como meramente ideológico, como determinado totalmente pelas relações de produção de um determinado modo de produção, embora a ideologia se embrenhe constantemente na prática teórica e a atividade científica seja constante e permanentemente a atividade de crítica da ideologia para construção de um conhecimento objetivo, em superação de seus obstáculos epistemológicos. Aqui, Althusser parece se apoiar na própria posição staliniana de que a linguagem não seria ideologia. Com isso, Althusser resguarda o conhecimento científico do relativismo e das interpretações “externalistas” – como deterministas sociais – em filosofia e história da ciência. O conhecimento científico é diferente da prática ideológica, embora seja influenciado por esta – e por isso surja da crítica a esta – e, em retorno, influencie a ideologia.

Em quarto, a prática teórica não se identifica às práticas técnicas e seus conhecimentos, apesar de nelas influir e delas poder se alimentar. Com isso, a prática teórica não é produto do processo de trabalho comum, mas pode inclusive ir contra elas, subvertendo suas noções empíricas e concretas em prol de um conhecimento rigoroso, científico e teórico. Percebe-se a posição de valorização da teoria e da abstração científica em Althusser, contra a empiricidade da técnica comum, posição compartilhada por epistemólogos franceses como Alexandre Koyré e Gaston Bachelard.

Por último, podemos observar que, para Althusser, embora seja sempre objetiva e concreta, qualquer prática pode ser conceituada e, com isso, se torna teórica e, então, pode orientar outros conhecimentos. Percebe-se aqui o epistemologismo althusseriano de que um conhecimento, mesmo quando referente à prática, só se explicita quando traduzido teoricamente.

Nessas observações quanto à noção de prática teórica em Althusser, verificam-se o pertencimento do franco-argelino ao contexto teórico e filosófico

da primeira metade e início da segunda metade do século XX na França, com as filosofias da ciência e epistemologias do período, como aquelas elaboradas por Gaston Bachelard e Alexandre Koyré. Nelas, se defende o caráter teórico das ciências, mesmo que sempre referentes a uma realidade objetiva, e, no caso da história das ciências, se rejeita a abordagem externalista de que os progressos científicos seriam diretamente decorrentes da prática técnica social, em prol do caráter abstrato e teórico dos conceitos científicos, em defesa do direito de abstração, como veremos, e se defende sempre o caráter descontínuo das ciências em relação ao senso comum, que em Althusser se localiza na ideologia⁵.

A PRÁTICA TEÓRICA E A TEORIA DA PRÁTICA

A partir da definição geral de prática como processo de transformação de uma matéria-prima em um produto determinado por meio do uso de meios de trabalho e da força de trabalho humano, Althusser pôde diferenciar alguns conceitos relativos à ciência, teoria e trabalho científico.

O primeiro é o de prática teórica. Esta seria uma forma específica de prática, que se estabelece, como toda prática, dentro da unidade complexa da prática social de uma sociedade humana determinada. A prática teórica lida com matérias-primas de representações, conceitos e fatos, dadas por outras práticas, como a prática técnica e a ideológica, e visa a construção de um objeto ou teoria sistemática, um sistema teórico. Essa prática teórica pode se dividir entre científica e pré-científica, no caso da pré-história das ciências, e a primeira sempre se estabelece com uma distinção, descontinuidade, corte ou ruptura qualitativa em relação às práticas pré-científicas, corte esse que se dá pela própria prática teórica de transformação das matérias-primas pré-científicas. Essa prática teórica, quando científica, recebe o nome de *teoria* – com *t* minúsculo – em Althusser (1979). Fazer *teoria* é realizar prática teórica. Como dito, a prática teórica é uma prática específica que visa a um produto próprio, o conhecimento, e se dá a partir de matérias-primas próprias – que podem ser ideológicas no caso de uma ciência nascente, ou já elaboradas teoricamente em conceitos científicos prévios, no caso de uma ciência já desenvolvida. Ainda, a prática teórica pressupõe os meios de trabalho para isso, que são os conceitos de uma teoria e seu modo de produção ou emprego.

O segundo conceito é o de sistema teórico – sempre *produto* da prática teórica ou *teoria*, podendo servir de meio de trabalho para a próxima prática teórica científica –, que é sempre um sistema teórico de uma ciência real e determinada,

5 Fica a questão de se Althusser interpreta Marx por meio de Bachelard ou Bachelard por meio de Marx.

com seus conceitos reais em unidade mais ou menos contraditória em um dado momento. Estes sistemas teóricos recebem o nome de “teoria” – entre aspas – por Althusser. Quando se diz que um cientista “elaborou uma teoria”, significa que este pensador elaborou uma “teoria”.

O terceiro conceito é o mais importante, geral e que é relativo àquilo que o franco-argelino está fazendo: a teorização geral sobre a prática em geral, abstraída a partir das práticas existentes com base no trabalho, que envolve a teorização sobre a prática teórica. Essa teorização é denominada de *Teoria* – em maiúscula – pelo filósofo. Para o franco-argelino, a teoria geral da prática seria a dialética materialista ou o materialismo dialético, que seriam a filosofia marxista, extraída do processo de trabalho como concebido pela ciência do materialismo histórico (Althusser, 1979).

Sendo assim, a dialética materialista enquanto filosofia marxista seria uma teoria da prática, no sentido de conceituação da estrutura geral das práticas humanas, como processo de transformação de matérias-primas em produtos úteis por meio de instrumentos de trabalho, abstraída do conhecimento científico – materialismo histórico – sobre as sociedades humanas.

Para Althusser, Marx teria efetuado uma revolução científica que seria a mais importante da história do conhecimento humano, por suas implicações teóricas e práticas. Marx haveria fundado uma nova ciência, a ciência da história. Toda ciência estaria situada em alguns “continentes” – epistêmicos –, como o da matemática e o da física, abertos por suas respectivas revoluções científicas, respectivamente por Tales e por Galileu. Marx haveria aberto um terceiro continente, o da história. Toda revolução científica reverberaria na filosofia, causando uma revolução na mesma. A filosofia estaria sempre ligada às ciências historicamente. As transformações das primeiras seriam sempre reverberações de grandes descobertas científicas. Por isso mesmo, viriam sempre *depois* das mesmas. A filosofia teria nascido com Platão quando o continente da matemática fora aberto por Tales. Na modernidade, sofreria outra revolução com Descartes após a abertura do continente da física por Galileu. O mesmo ocorreria atualmente na filosofia, com a filosofia marxista enquanto teoria da prática ou *Teoria* – materialismo dialético –, após a revolução da *ciência* marxista (Althusser, 2005) – materialismo histórico.

É por isso que Althusser afirma que a filosofia marxista é fundada após a fundação da ciência marxista da história, mas precisava ser ainda explicitada, pois Marx não teria feito *Teoria* – enquanto filosofia marxista da prática –, mas *teoria* e “teoria”, enquanto prática teórica e desenvolvimento de um sistema conceitual científico novo, faltando-lhe a teoria de sua prática teórica, mas que

estaria indicada pelo próprio método pelo qual procedeu e que se explicitaria nos trechos metodológicos que escreveu, como a introdução dos *Grundrisse* de 1857-1858, e o prefácio da segunda edição de *O capital*. Em Marx, a dialética materialista – Teoria – estaria apenas em estado prático, sendo necessário enunciar-la teoricamente. O mesmo se daria na prática política, frequentemente compreendida apenas por solução prática ou tácita, mas não teórica, pela falta da própria teoria geral da prática – Teoria ou dialética materialista – que a esclareceria (Althusser, 1979).

A dialética materialista, enquanto Teoria, enuncia teoricamente a questão conhecida – na prática – da própria prática. A teoria da prática em geral – dialética materialista ou materialismo dialético, enquanto filosofia marxista – engloba todas as práticas humanas, inclusive a prática teórica – teoria –, prática política e prática ideológica, que não se confundem, e por isso pode orientá-las para uma concepção materialista de trabalho intelectual e de política, delineando as condições formais das mesmas, sendo o único método capaz de conceituar os conhecimentos sobre as práticas – inclusive teórica – para evitar seus desvios e combater a ideologia na prática teórica, modificar as relações sociais na prática política, e realmente modificar o pensamento dos indivíduos na prática ideológica. Aqui se explicitam o caráter epistemológico, embora materialista, da interpretação althusseriana do método de Marx. O trabalho teórico é também um trabalho material, embora concebido epistemologicamente e não ontologicamente. Essa seria a filosofia marxista, ou dialética materialista, para Althusser. É o materialismo dialético, a partir do conhecimento do materialismo histórico – ciência da história – de Marx que define o processo de trabalho material, que define conceitualmente o que é a prática em geral e permite uma filosofia da prática.

O MÉTODO DE MARX: O FUNCIONAMENTO DA PRÁTICA TEÓRICA

A prática teórica, como toda prática, é a transformação de matéria-prima por meio de meios de trabalho em produtos úteis. A prática teórica é o processo de *produção* de conhecimento. Nesse processo, a matéria-prima do trabalho teórico, composta por noções ideológicas, técnicas ou mesmo já científicas, é chamada pelo franco-argelino de Generalidade I. O produto do trabalho, composto por conceitos especificados e concretos, é a Generalidade III.

Isso significa que, para Althusser, seguindo a epistemologia de seu contexto teórico, a ciência não trabalha sobre o existente imediato e singular puro, ou seja, as sensações empíricas sobre o real, embora a realidade exista independente e previamente ao pensamento, só existam objetos reais e singulares em sua história e o conhecimento seja necessariamente conhecimento do es-

pecífico. A ciência não parte do concreto empírico, mas já opera sobre o geral, mesmo que tido na forma de “fato” ou “dado”: a ciência sempre opera com conceitos ou noções já existentes, não com dados puros objetivos. O conhecimento dos objetos singulares reais não é um dado empírico imediato, tampouco é uma aplicação pura de conceitos *a priori* sobre o real. O trabalho teórico se dá sempre em pensamento, simbolicamente, mesmo que sempre referente à realidade material. Ao mesmo tempo, o concreto alcançado, o concreto pensado da Generalidade III, é também um produto de pensamento. A prática teórica científica visa sempre a elaborar os próprios fatos científicos, objetivos e concretos através da crítica dos fatos gerais ideológicos pré-científicos. Um fato científico, ou objeto científico, é sempre *produto* e não ponto de partida do trabalho teórico, e é sempre só identificável como tal no interior de um sistema teórico – “teoria” –, não em absoluto⁶. Uma prática científica visa produzir os conceitos – Generalidade III – que são pré-condição para conhecimento dos fatos empíricos.

Para a produção da Generalidade III, utiliza-se como meio de trabalho a Generalidade II, composta pelo corpo de conceitos gerais em unidade mais ou menos contraditória em uma “teoria” – sistema teórico específico – prévia que define o campo da ciência em que são colocados os problemas científicos. A Generalidade II é, por sua vez, um produto ou Generalidade III de uma outra prática teórica prévia – daí a historicidade de qualquer trabalho teórico, inclusive –, mas é de um caráter mais geral e abstrato do que a nova III que será formada (Althusser, 1979). Para o franco-argelino, haveria uma descontinuidade fundamental entre as Generalidades I, II e III.

Ou seja, na prática teórica, interpretam-se os dados teóricos abstratos, gerais, pré-científicos e imbuídos de ideologia por meio dos conceitos abstratos já elaborados por uma “teoria” prévia em direção ao conhecimento científico – objeto científico, teórico, mas concreto – de uma realidade dada por meio daqueles conceitos abstratos. Principalmente, nessa prática teórica, o caminho da Generalidade I para a III por meio da II é do abstrato ao concreto de pensamento. Como dito, ambos, abstrato e concreto, se dão no pensamento e são teóricos, ao contrário da posição ontológica em que “abstração” é associada à idealidade e “concretude” à materialidade. É necessário não confundir os dois níveis diferentes, aquele da realidade e o do pensamento, e seus respectivos concretos. Na abordagem epistemológica, o que seria o “concreto pensado” – Generalidade III – e o “concreto empírico” – Generalidade I – são momentos *teóricos*, mas se

⁶ É notável a similaridade com Bachelard e as epistemologias históricas francesas do século XX, ao mesmo tempo racionalistas e hegelianas, concebendo o trabalho do pensamento em direção ao concreto e à totalidade.

remetem ao concreto *real*, mesmo não se confundindo com o mesmo. O concreto pensado, no entanto, é um conhecimento do concreto real. É útil nos lembrarmos aqui da conceituação althusseriana de materialismo, que apregoa a diferença entre a realidade e o pensamento, com primazia da primeira, em distinção ao idealismo que não diferenciaria o nível do pensamento e da realidade, e que, por isso, confundiria o processo de produção de conhecimento com o processo de geração do próprio real, tanto no objetivismo idealista como no subjetivista. Para o francófono, a oposição da Generalidade I e III como entre pensamento e realidade – comum na concepção ontológica – é na verdade ideológica, acientífica, e não seria dessa maneira que a ciência operaria. Fazer essa associação entre abstração e idealidade, por um lado, e concretude e materialidade, por outro, seria uma confusão feuerbachiana que dificulta a abstração científica, e, poderíamos identificar, estaria presente nos ontológicos. Nessa concepção, que por isso incorre em empirismo, opõe-se a abstração, que pertence por definição à teoria, à ciência, ao concreto, concebendo que a verdadeira ciência seria imediatamente empírica, de onde se realizariam as abstrações, para ser concreta, e não filosófica – idealista. Na concepção empirista feuerbachiana, seguida tanto pela posição ontológica geral como pela ontológica social, em sua inversão materialista de Hegel, o bom uso da abstração seria sempre de extração dessas do real concreto, que se contraporía ao uso idealista e especulativo. Esta concepção ideológica de ciência negaria a realidade da prática científica e a validade de suas abstrações, e seria em verdade mais próxima da concepção positivista de permanência no “real a-teórico”, do que Althusser (Althusser, 1979). Pensamos que essa concepção ontológica feuerbachiana representa uma concepção aristotélica e empirista de ciência, concebendo uma realidade empírica de onde se extraem as abstrações, enquanto a concepção althusseriana se aproxima de uma concepção platônica e racionalista, mesmo que materialista e de centralidade moderna na epistemologia. Há a defesa do direito à abstração em Althusser como inerente à prática teórica, e isso não apenas como momento de análise do empírico, mas porque o pensamento já parte de conceitos teóricos, logo, abstratos, prévios.

Em Althusser, o método científico de Marx, como de toda prática teórica – *teoria* –, não é o de partir do concreto real para compreendê-lo e transformá-lo em pensamento, concepção que confundiria os níveis da realidade e do pensamento. Mas é o processo que se dá sempre em nível de pensamento, referente ao concreto real. Mais do que isso, aquilo que seria chamado de concreto empírico – Generalidade I – não é um reflexo empírico do real, mas já conceitos, preconceitos, noções prévias, sejam científicas ou ideológicas, sobre o mundo, ou seja,

já sendo teóricas, enquanto o concreto pensado seria um objeto científico enquanto produto da atividade científica de pensamento. Dessa maneira, o objeto científico não é ponto de partida, mas sim de chegada. Não se parte da realidade para conhecê-la, ao contrário da posição ontológica e realista que implicam um empirismo no momento inicial do método de conhecimento, mas sim parte-se de noções e conceitos imprecisos para alcançar uma conceituação mais precisa da realidade ao fim.

Considerando o método dialético de Marx tal como nos é exposto na introdução dos *Grundrisse* de 1857-1858, e como é considerado pelos ontológicos sociais, o processo de pensamento passaria por duas fases, e por isso tal método dialético é classificável como analítico-sintético: o método de investigação ou pesquisa, na qual o concreto empírico – abstrato do ponto de vista do pensamento – seria decomposto ou analisado em abstrações para que o pesquisador se aproprie de sua matéria e para espelhar idealmente a realidade pesquisada – abstrações tidas como partes *reais* da própria totalidade –; e o método de exposição, no qual o concreto é reconstruído ou resintetizado a partir das abstrações previamente elaboradas, realçando o concreto, agora como pensado, organizando sua totalidade como um todo articulado e dinâmico, não metafísico – no sentido de estático e de agregado de partes independentes. Ou seja, para os ontológicos, parte-se da intuição do concreto real. Em Althusser, no entanto, há apenas a consideração do método de exposição de Marx, como ordem das razões de reconstrução do concreto a partir de abstrações, procedendo do abstrato ao concreto (Vieira, 2014). A Generalidade I, objeto de trabalho ou abstrações iniciais, já são abstrações, e a Generalidade II, instrumento de trabalho ou conceitos teóricos, opera sobre a primeira, produzindo a síntese da Generalidade III, produto ou conhecimento. Há uma recusa à ordem de pesquisa de Marx por este nunca explicá-la profundamente e porque a ordem de exposição se impõe por si mesma.

Quer dizer, o método científico em Marx é o que a tradição epistemológica francesa na qual Althusser está inserido concebe como sendo o método científico geral: o método hipotético-dedutivo de interpretação da realidade dada a partir de princípios ou modelos abstratos ideais previamente concebidos – produzidos –, concebendo as complexidades da realidade como desvios do ideal por fatores sobredeterminantes também concebidos abstratamente, que dão concreticidade ao real, diferenciando-o do modelo ideal, para descobrir a especificidade e concretude do real por meio de suas sobredeterminações abstratas sobrepostas (Vieira, 2014). Interpretar a realidade seria aplicar a ela os conceitos teóricos de uma teoria prévia.

Nessa concepção althusseriana, parte-se de conceitos mais gerais, abstratos e ideais, como o de modo de produção, por exemplo, e, por sobreterminação ou sobreposição de contradições específicas, consegue-se dar concretude ao objeto teórico, especificando-o, fazendo-o desviar do abstrato ideal puro, permitindo conhecer uma dada formação econômico-social, que pode ser referente a um país, região ou outro, e que é a totalidade estruturada de modos de produção contraditórios de maneira articulada com um dominante. Continuando o processo de singularização, conhece-se a conjuntura política de uma dada formação social em um dado momento, que é o objeto científico mais próximo do real, pois na realidade só há singular e concreto, dentro de sua rede de determinações. “Modo de produção”, em Althusser, é, assim, como objeto científico fruto da prática teórica marxiana – sendo Generalidade III –, um objeto ideal que serve para conhecer o concreto – servindo de Generalidade II à nova prática teórica –, e não uma realidade concreta. As formações sociais e conjunturas políticas são concretas, e são conhecidas ou pensadas – e não apenas descritas, pois consideradas por meio de conceitos teóricos abstratos – apenas por meio de conceitos abstratos ideais que, sobrepondo-se, visam fornecer um conhecimento sobre o concreto. Essa é a única prática científica existente para o método hipotético-dedutivo, permitindo pensar ou conhecer, captar a unidade e forma de organização dos elementos, permitindo estabelecer as leis de desenvolvimento daquela estrutura, e não apenas descrever, ou seja, dar conta de características sensíveis.

Na abordagem althusseriana, o objeto científico d’O *capital* é o conceito de modo de produção – no caso, o capitalista –, que permite a ciência da história. Tal conceito é um objeto abstrato, artificial e logicamente construído, um conceito teórico que representa uma combinação específica de diversas estruturas – econômica, jurídico-política e ideológica – em uma articulação definida com uma estrutura dominante a partir da determinação do econômico – sendo determinância e dominância diferentes: a primeira é sempre do econômico, mas este pode deslocar a dominância de sua estrutura para outra, a depender da articulação entre elas –, em unidade, naquele modo de produção específico. O modo de produção representa uma unidade social global, e não apenas a estrutura econômica da sociedade, envolvendo as relações sociais de produção, as relações técnicas, mas também todas as relações possibilitadas e decorrentes, em nível jurídico-político e ideológico, em formas sociais estabilizadas, produzindo e reproduzindo as condições de existência da sociedade e de qualquer prática interna a ela. Percebe-se que a epistemologia mais “abstracionista” de Althusser facilitou seu descolamento de uma concepção economicista – tida como materialista pelos substancialistas – de modo de produção.

A articulação entre as estruturas de cada modo de produção se chama matriz, o que é determinado por como se expressa a determinação do econômico, deslocando ou não a dominância do mesmo. As estruturas mencionadas são chamadas de estruturas regionais do modo de produção em questão, e possuem funções naquela unidade a depender da forma de articulação entre elas e sua dominância. As teorias relativas a cada estrutura são chamadas de “teorias regionais”, e possuem diversos conceitos internos a ela. As teorias de cada modo de produção específico – abrangendo as regionais daquele modo de produção – são chamadas de “teorias particulares”, havendo teorias para as configurações de transição entre um modo de produção e outro, nas quais as formas sociais não se encontram estabilizadas (Poulantzas, 2019).

O materialismo histórico, como ciência da história, seria a ciência geral que abrangeria todas essas e outras subteorias regionais e particulares – como a do valor-trabalho, dentro da estrutura regional econômica do modo de produção, a das transições entre modos de produção – e a forma de aplicação dos conceitos abstratos ao real. O conceito de modo de produção seria um objeto abstrato-formal que não se verificaria na realidade.

Contudo, esse conceito abstrato representaria apenas uma unidade social homogênea, com apenas um tipo de relação social de produção, caso fosse aplicado diretamente ao real. Ele serviria para conhecê-la ao servir de base, por sua complexificação e desvios por sobreposição de conceitos puros, aos conceitos concretos que, aí sim, fazem referência ao real, como o de formação social – a sobreposição de modos de produção, em nível econômico, jurídico-político e ideológico, como estrutura complexa, com dominância de um deles – significando que as estruturas particulares de um modo de produção colocam as outras a seu serviço, e isso ocorre a partir da dominância da estrutura econômica naquela formação social, com suas relações sociais de produção submetendo as outras a si. A dominância de cada estrutura regional de um modo de produção na formação social geralmente corresponde à dominância dada na estrutura regional econômica – de forma articulada, original e específica, representando uma totalidade social global *concreta*, e não mais abstrata – e conjuntura política – momento específico de configuração de uma dada formação social. O estudo de uma formação social é fundamentalmente empírico, mas se faz por meio dos conceitos abstratos incluídos no modo de produção na ciência do materialismo histórico. Diferentemente do que consideram os ontológicos que interpretam o conceito de modo de produção capitalista de maneira concreta, como uma formação social, para os althusserianos o modo de produção capitalista puro nunca é encontrável de

maneira pura na realidade. Esta conteria formações sociais especificadas em momentos específicos de conjuntura política.

Nessa concepção, há uma forte crítica à posição empirista de ciência baseada em abstrações tidas como generalizações de objetos singulares reais, posição aristotélica e feuerbachiana que, na teoria marxista, conduziu à noção de inversão de Hegel e de crítica à especulação como afastamento da realidade, em prol de um empirismo e realismo – objetivismo – tido como científico (Vieira, 2014). A ciência se basearia em abstrações, partindo já destas e produzindo outras mais especificadas. As abstrações não se originariam de objetos reais, mas seriam exclusão de determinações sobre a totalidade concreta.

Com isso, não se parte do método de investigação de apropriação da matéria antes de organizá-la teoricamente, o que pressuporia o empiricismo do concreto inicial que se analisa, mas sim de conceitos prévios, mesmo que referentes ao real e dados por práticas técnicas, ideológicas e teóricas. Nega-se a realidade ontológica dos conceitos que são, na tradição epistemológica, apenas teóricos, de pensamento, e não da realidade, mesmo que esta exista. A teoria científica é, com isso, controlada logicamente e por sua capacidade de explicar o concreto por sobredeterminações ou desvios, e não por fatos reais empíricos imediatos, que são estes mesmos interpretados teoricamente (Vieira, 2014).

Interpretam-se conceitos a partir de outros conceitos de uma teoria científica previamente aceita, mas, para isso, requer-se primeiro elaborar tais conceitos, como o de modo de produção. Elaboram-se os modelos ideais “livremente” pelo sujeito dentro das construções ideológicas e teóricas de sua época – que já são produtos de práticas teóricas prévias –, adotadas como instrumentos de trabalho e objetos de trabalho para a elaboração de uma teoria nova que servirá de interpretação a outros dados, e verifica-se sua aplicabilidade ao real – na verdade, sua capacidade de simbolizá-lo e pensá-lo – de acordo com sua própria capacidade de explicar os desvios de seu modelo ideal por outros fatores ideais sobrepostos.

Em Althusser, há a defesa da abstração como procedimento inerente a toda prática científica, ao contrário da tradição ontológica feuerbachiana e aristotélica que a entende como desvio do real – mesmo que necessário no método de investigação –, abstração que é *prévia* à própria interpretação do real por meio dos conceitos de pensamento, pois o pensamento científico sempre parte de abstrações – Generalidade I –, embora produzidas historicamente, e não *a priori*.

Nessa concepção epistemológica racionalista, a “essência” do objeto não é tida como interioridade, e a “aparência” como exterioridade do objeto, mas, na verdade, a “essência” nada mais é do que a localização do conceito no conjunto da estrutura teórica, enquanto a “aparência” não é um fenômeno empírico, mas

é fruto de uma outra totalidade lógica que significa o conceito de outra maneira, erroneamente para uma dada teoria científica, que julga a outra totalidade lógica como uma formação ideológica precedente. Os fenômenos não são objetos de ciência, pois a ciência é conceitual, não empírica, e reduz os dados aos conceitos pela sistematicidade entre eles (Vieira, 2014). Já para os ontológicos, a realidade é um conjunto de essência e aparência – sendo a aparência parte da essência –, e o método de investigação serve para desvendar a aparência pela essência. Para a concepção epistemológica racionalista althusseriana, há uma defesa do conhecimento como produção, rejeitando-se uma posição empirista em conhecimento.

O procedimento de investigação pela aplicação conceitual é sempre o de descobrir a contradição principal e secundária, diferenciando-as e relacionando-as, além de seus aspectos principais e secundários, compreendendo a totalidade concreta articulada. Os conceitos aplicados podem fazer referência à estrutura econômica da sociedade, mas incluem também a estrutura jurídico-política e ideológica de um dado modo de produção, configurando teorias particulares de um modo de produção, com teorias regionais – de cada estrutura daquele modo de produção – submetidas. Por não “colar” materialismo a objetivismo realista, a escola althusseriana pode não identificar a materialidade à economia somente, permitindo a ampliação do conceito de modo de produção para não apenas a estrutura econômica, mas também jurídico-política e ideológica em um complexo de três estruturas, superando o economicismo.

CONCLUSÃO

Em resumo, para Althusser e a escola althusseriana subsequente, o marxismo é formado por duas disciplinas distintas, embora unidas, diferenciadas por seu objeto de estudo: o materialismo dialético e o materialismo histórico. O materialismo histórico se constituiria como a *ciência* da história, cujo objeto científico é o conceito de história. Essa ciência realizaria seu objeto científico de história por meio do estudo dos diversos conceitos dos modos de produção que permitem a interpretação das inúmeras formações sociais em sua estrutura, funcionamento e formas de transição ao longo da história humana. Já o materialismo dialético – ou dialética materialista – consistiria na *filosofia* marxista, cujo objeto seria a produção de conhecimento, ou seja, a estrutura e o funcionamento do processo de pensamento, ou, melhor dizendo, seu objeto seria representado pela teoria da história da produção científica, enquanto epistemologia histórica da produção científica (Poulantzas, 2019). Poderia se tratar de uma filosofia histórica da ciência a partir da fundação da ciência da história – materialismo histórico. A escola

althusseriana, seguindo a diferenciação staliniana sobre o tema (Stálin, 1945), concebe no marxismo duas disciplinas distintas, que as interpretações anteriores reduziam uma à outra.

Para a escola althusseriana, o que define o materialismo é a distinção entre os processos reais – da realidade material – e os processos de pensamento, em diferenciação ao idealismo – seja objetivo, seja subjetivo – que identifica a realidade com o próprio pensamento. Existe um hiato entre o nível do ser e o do conhecimento, embora haja o primado do ser sobre o pensamento, ou do real sobre o conhecimento, e que todo conhecimento se refira à realidade material (Poulantzas, 2019). Ou seja, o trabalho teórico, em qualquer grau de abstração, visaria sempre os processos reais, embora se dê sempre no processo de pensamento. Os conceitos sempre são teóricos, nunca sendo mais “reais” que outros, apesar de poderem se dar em diferentes graus de abstrações. A abstratividade é uma característica do pensamento, não da realidade. A dialética materialista, para o primeiro Althusser, seria o trabalho teórico de construção conceitual para conhecimento da realidade material, processo este não tido como mera reprodução ideal da realidade, o que acarretaria em empirismo. Na interpretação filosófica althusseriana, a filosofia marxista – dialética materialista – seria a filosofia da pesquisa científica enquanto prática teórica que é também material.

De acordo com o lugar que ocupam no pensamento, os conceitos podem ser distinguidos por seu grau de abstração, dos mais gerais e pobres em determinação e especificação – considerados mais abstratos – aos mais específicos e ricos em determinações teóricas – considerados mais concretos. O trabalho teórico opera a partir dos conceitos mais abstratos que são tratados por instrumentos teóricos para produzir conceitos mais concretos que são conhecimento de objetos reais e singulares, construindo-se o objeto teórico concreto. A ordem lógica do conhecimento é do abstrato ao concreto, partindo de conceitos gerais ideais para os mais específicos, singulares e concretos, estabelecidos a partir dos primeiros como desvios por fatores sobredeterminantes. Todo conhecimento concreto pressupõe conceitos abstratos mais gerais que são mobilizados para interpretar o singular. Essa ordem de discurso do conhecimento científico se dá por este ser um discurso demonstrativo, que exhibe as relações necessárias, não contingentes, possuindo um caráter de sistematicidade. Trata-se, em nossa opinião, do método hipotético-dedutivo. Isso corresponde à ordem ou método de exposição ou de síntese – de reconstrução do concreto a partir do abstrato, procedendo do abstrato ao concreto – de Marx, partindo dos conceitos da teoria geral do materialismo histórico para os de análise concreta de uma situação

concreta. O método marxiano é assim concebido como o método hipotético-dedutivo, com sua fase de dedução identificada à ordem de exposição, e sua fase de elaboração dos conceitos abstratos, hipotéticos, com a ordem de pesquisa ou investigação, do concreto ao abstrato.

Contudo, diferentemente das “ciências” – pré-ciências – burguesas, o materialismo histórico não opera por meio de abstrações a-históricas que visam desenvolver conhecimento à margem da história. As abstrações no materialismo histórico possuem a função de possibilitar a própria teorização sobre a história – ultrapassando a descrição por meio da conceituação – e de historicizar o conhecimento sobre a realidade histórico-social, especificando e periodizando-o, diferenciando o sentido geral dos acontecimentos a depender da totalidade estrutural em que se inserem, acessando sua verdadeira particularidade histórica e evitando generalizações a-históricas.

Especificamente no caso do materialismo histórico, parte-se dos conceitos referentes ao processo de trabalho humano, *passando para as relações sociais de produção*, permitindo determinar quais são os modos de produção a elas correspondentes que existem em uma dada realidade. Utilizando-se os conceitos abstratos do nível de modo de produção, pode-se complexificar o retrato da sociedade ao sobrepô-los e articulá-los, uma vez que a realidade provavelmente apresentará diferentes modos de produção em um dado território. Esse nível de concreção é o de formação social, uma unidade composta por diferentes modos de produção com dominância de um, em seus níveis econômico, jurídico-político e ideológico. Monta-se, assim, o quadro teórico da formação social. Mas um determinado quadro é sempre relativo a um momento histórico específico. Assim, ao atingir um grau máximo de especificidade, tem-se o conhecimento de uma conjuntura política de uma dada formação social.

O materialismo histórico funda a ciência social – nomeada de ciência da história por Althusser – pois, além de se apropriar do bom discurso científico – abstracionista e racionalista –, fornece única e coesa, e desvela as bases da sociedade e da prática humana, dito seja, de toda a sociabilidade humana, ao fundar-se no trabalho. Essa teoria ultrapassa e atravessa a compartimentação das pré-ciências sociais e humanas burguesas ao fornecer-lhes uma teoria única que deve ser desenvolvida para cada objeto de estudo específico a fim de conhecê-lo singularmente, sendo intrinsecamente “transdisciplinar” e “interseccional” por ser dialético e visar a totalidade estrutural. Essa teoria fornece ainda uma “metodologia” de pesquisa ao orientar o pesquisador sobre o que é essencial ou superficial, e ultrapassa os cismas entre métodos qualitativos e quantitativos, valendo-se de todos os métodos de coletas de dados para o estudo

empírico da realidade, aplicando-os os conceitos da teoria marxista. No materialismo histórico, a determinação é sempre do nível mais material, ou seja, do econômico e, mais especificamente, da produção, por meio do trabalho, e esse nível determina, a depender de sua estrutura, se a dominância será ideológica, política ou econômica – no capitalismo, é também econômica –, embora todos os níveis sejam também práticas materiais – a ideologia são práticas materiais por exemplo – e visem dar coesão e manter, ao mesmo tempo em que estão em disputa até um certo ponto, no todo mais ou menos contraditório do modo de produção e da formação social. Poderíamos remarcar: no materialismo histórico realiza-se uma torsão teórica em relação as pré-ciências burguesas ao fazer com que suas abstrações mais primordiais e “mais abstratas” correspondam ao mais material e concreto na realidade humana, ou seja, o trabalho, dando concretude e sintetizando a investigação quanto mais se aproxima dos níveis mais ideais da sociabilidade humana, como as instituições e a ideologia.

Para o franco-argelino, toda a teoria marxista – o materialismo histórico e o materialismo dialético, como foram expostos – possuem como função a orientação na luta de classes, que é o que une a prática teórica e a prática política. Toda filosofia representaria o ponto de vista da luta de classes na teoria, e o materialismo dialético representa o ponto de vista da classe trabalhadora. Não se visa apenas a interpretar o mundo, mas também transformá-lo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALTHUSSER, L. *A favor de Marx*. Tradução: Dirceu Lindoso. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1979a. (Biblioteca de Ciências Sociais. Sociologia).

ALTHUSSER, L. *La filosofía como arma da la revolución*. 25. ed. México: Siglo Veinteuno Editores, 2005.

ALTHUSSER, L. Lenin before Hegel. In: ALTHUSSER, L. *Lenin and philosophy and other essays*. Nova Iorque: Monthly Review Press, 1971. Disponível em: <https://www.marxists.org/reference/archive/althusser/1969/lenin-before-hegel.htm>. Acesso em: 10 out. 2021.

ALTHUSSER, L.; RANCIÈRE, J.; MACHEREY, P. *Ler O Capital*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1979b. v. 1.

ALTHUSSER, L.; BALIBAR, É.; ESTABLET, R. *Ler O Capital*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1980. v. 2.

ANDERSON, P. *Considerações sobre o marxismo ocidental: nas trilhas do materialismo histórico*. Tradução: Fábio Fernandes. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2019.

- BOITO JÚNIOR, A. Indicações para o estudo do marxismo de Althusser. *Novos temas*, São Paulo, n. 9, p. 153-182, jul./dez. 2013.
- DANTAS, A. V. *Do socialismo à democracia: dilemas da classe trabalhadora no Brasil recente e o lugar da Reforma Sanitária brasileira*. 2014. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2014.
- HARNECKER, M. *Conceitos elementares do materialismo histórico*. São Paulo: Global Editora, 1981.
- LOSURDO, D. *O marxismo ocidental: como nasceu, como morreu, como pode renascer*. Tradução: Ana Maria Chiarini, Diego Siveira Coelho Ferrreira. São Paulo: Boitempo, 2018.
- MAO, T-T. *Sobre a prática e a contradição*. Apresentação: Slavoj Žižek. Tradução: José Maurício Gradel. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2008.
- MARX, K.; ENGELS, F. *A ideologia alemã: crítica da mais recente filosofia alemã em seus representantes Feuerbach, B. Bauer e Stirner, e do socialismo alemão e seus diferentes profetas*. Tradução: Rubens Enderle, Nélcio Schneider, Luciano Cavini Martorano. São Paulo: Boitempo, 2007.
- MOTTA, L. E. *A favor de Althusser: revolução e ruptura na teoria marxista*. 2. ed. São Paulo: Contracorrente, 2021.
- POULANTZAS, N. *Poder político e classes sociais*. Tradução: Maria Leonor F. R. Loureiro. Campinas: Ed. Unicamp, 2019.
- RODRIGUES, F. M. *Anti-Dimitrov: 1935-1985, meio séculos de derrotas da revolução*. 2. ed. Lisboa: Edições Dinossauro, 2008.
- STÁLIN, J. *Sobre o materialismo dialético e o materialismo histórico*. Transcrição: Fernando A. S. Araújo. Rio de Janeiro: Edições Horizonte, 1945. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/stalin/1938/09/mat-dia-hist.htm>. Acesso em: 9 set. 2021.
- TONET, I. *Método científico: uma abordagem ontológica*. São Paulo: Instituto Lukács, 2013.
- VIEIRA, Z. R. Althusser o significado da dialética em Marx. *Novos Rumos*, Marília, v. 51, n. 2, p. 1-35, 2014. Disponível em: <https://revistas.marilia.unesp.br/index.php/novosrumos/article/view/8231/5290>. Acesso em: 29 set. 2021.